

Aula 07 - Profs. Bruno Bezerra e Raphael Rabelo

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Civil +
Estatuto da Pessoa Idosa + Estatuto da
Pessoa com Deficiência - 2025*
Autor:
Thais de Cássia Rumstain,
(Pós-Edital)
**Raphael Rabelo Parreira, Bruno
Bezerra**

30 de Maio de 2025

LEI Nº 13.146/2015 – LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PARTE I)

Sumário

Apresentação	2
O que é o Passo Estratégico?	4
Análise Estatística	4
O que é mais cobrado dentro do assunto?	6
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	7
Aposta estratégica	17
Questões estratégicas	20
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	27
Perguntas	27
Perguntas com respostas	28
Lista de Questões Estratégicas	30
Gabarito	33



APRESENTAÇÃO

Olá, caro(a) estudante!

Este material será conduzido em colaboração pelos professores **Bruno Bezerra e Raphael Rabelo**.

Juntos, trilharemos o caminho do Passo Estratégico de Diversidade e Inclusão na Sociedade!

Assim como você, também já estivemos na jornada de preparação para concursos e podemos afirmar com certeza: todo o seu empenho valerá a pena. Ser aprovado em um concurso público e conquistar um bom cargo traz benefícios como uma remuneração atrativa, estabilidade e excelentes perspectivas de qualidade de vida.

A seguir, compartilhamos um pouco sobre nossas experiências profissionais, acadêmicas e como concurseiros:

Bruno Bezerra

Analista do Passo Estratégico - disciplina: Direito das Pessoas com Deficiência

Professor de pós-graduação da Faculdade Unyleya

Professor de Legislação Tributária e Direito Tributário

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Meu contato com os concursos começou aos 22 anos, depois de ter cursado Odontologia e de ter trabalhado 9 meses como dentista. Desde então, dediquei boa parte da minha vida ao mundo dos concursos - seja como concurseiro ou ajudando como mentor outras pessoas a mudarem de vida por meio dos estudos.

Aprovado em vários concursos de diversas bancas.

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Ceará

Pós-graduado em Direito Público com ênfase em Direito Tributário (Instituto de Ensino Superior de Fortaleza, IESF, Brasil)

Raphael Rabelo

Analista do Passo Estratégico - disciplina: Direito das Pessoas com Deficiência

Aprovado e nomeado nos seguintes concursos:

Auditor Fiscal - Uberlândia (1º lugar)

Auditor Fiscal - Campo Grande

Auditor Fiscal - Manaus



Técnico Tributário da Receita Estadual do Rio Grande do Sul

Oficial Administrativo (1º lugar)

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Uberlândia

Este material é diferenciado e o aluno que se dedicar ficará muito próximo de seu objetivo final.
Estamos muito felizes em poder fazer parte da sua trajetória até a aprovação!

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Parte I).

Para acompanhar dicas diárias de estudo, estamos lá no **Instagram** sempre trazendo conteúdo para melhorar seu desempenho nos estudos!

Vamos Juntos!

[Prof Bruno Bezerra](#)



Feitas as devidas apresentações, vamos ao trabalho.

"O que fazemos no presente é o que molda nosso amanhã." Mahatma Gandhi.



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em provas.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.

Em ambas as formas de utilização, como regra, o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base de conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) como método de revisão, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) como material de reta final, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos nos stories do Instagram e nos marque:



[@passoestrategico](https://www.instagram.com/passoestrategico)

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de concurseiros!

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Caso algum dos tópicos possua um "*" significa que, a despeito da estatística apontada, esse tópico deve ser encarado como muito importante para sua prova, já que este possui uma ligação muito forte com o concurso em questão.



Inicialmente, convém destacar os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos no nosso curso – quanto maior o percentual de cobrança de um dado assunto, maior sua importância:

Assunto	Grau de incidência em concursos similares (Instuto AOCF)
Conceitos Iniciais. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.	9,55%
Pessoas Naturais	7,04%
Pessoas Jurídicas e Domicílio	11,06%
Bens	8,04%
Fatos Jurídicos – Conceito, Classificação. Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos. Negócio Jurídico – Disposições Gerais e Representação; Negócio Jurídico – Condição, Termo e Encargo	11,06%
Defeitos e Invalidade dos Negócios Jurídicos.	0,50%
Prescrição e Decadência; Provas	10,05%
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). PARTE I	36,68%
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). PARTE II	
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). PARTE III	



Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003).

6,03%

O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem assunto dessa aula, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Assunto		Incidência em concursos similares (Instituto AACP)
Dos Direitos Fundamentais (arts. 10 ao 52 da Lei nº 13.146/2015)	Do Direito à Educação (arts. 27 a 30)	17,46%
	Do Direito ao Trabalho (arts. 34 a 38)	7,94%
	Do Direito à Moradia (arts. 31 a 33)	6,35%
	Do Direito ao Transporte e à Mobilidade (arts. 46 a 52)	4,76%
	Do Direito à Vida (arts. 10 a 13)	3,17%
	Do Direito à Saúde (arts. 18 a 26)	3,17%
	Do Direito à Assistência e à Previdência Social (arts. 39 a 41)	1,59%



	Do Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer (arts. 42 a 45)	1,59%
Disposições Preliminares (arts. 1º ao 9º da Lei nº 13.146/2015)	Disposições Gerais (arts. 1º ao 3º da Lei nº 13.146/2015)	22.22%
	Da Igualdade e da Não Discriminação (arts. 4º ao 9º da Lei nº 13.146/2015)	9.52%
Da Acessibilidade (arts. 53 ao 76 da Lei nº 13.146/2015)		9.52%
Do Acesso à Justiça (arts. 79 a 87 da Lei nº 13.146/2015)		7.94%
Das Disposições Finais e Transitórias (arts. 92 ao 95 da Lei nº 13.146/2015)		4.76%

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.

Dentre os assuntos abordados nesta aula, acreditamos que os seguintes possuem maior probabilidade de aparecerem na sua prova:

DISPOSIÇÕES INICIAIS

O Estatuto segue a mesma linha da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promovendo uma abordagem social e jurídica da deficiência física ou mental. Seu objetivo é assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais em igualdade de condições, com inclusão social e cidadania.



A Lei tem por base a Convenção e seu Protocolo Facultativo, com status de emenda constitucional no Brasil.

1 - Caracterização da deficiência: barreiras existentes na sociedade

A deficiência resulta da combinação entre limitações de longo prazo e barreiras presentes no meio, que impedem a plena participação social da pessoa em igualdade de condições. Portanto:

limitações + barreiras = deficiência

Critérios para avaliação:

- I – impedimentos nas funções e estruturas do corpo
- II – fatores socioambientais, psicológicos e pessoais
- III – limitação no desempenho de atividades
- IV – restrição de participação

A avaliação deve ser **biopsicossocial**, considerando não apenas dados médicos, mas também o contexto social do indivíduo.

Segundo a Lei nº 14.126/2021, a visão monocular é considerada deficiência sensorial visual. O STJ já havia consolidado o tema por meio da Súmula 377: “O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.”



Competências institucionais:

- Poder Legislativo: define os critérios de avaliação
- Poder Executivo: cria os instrumentos para aplicá-los

A Lei nº 14.624/2023 criou o símbolo nacional da pessoa com deficiência oculta, representado por cordão de fita com desenhos de girassóis.

2 - Demais conceitos

2.1 - Acessibilidade

Acessibilidade é a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, transportes, edificações, serviços, equipamentos, tecnologias e sistemas, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Envolve tanto espaços públicos quanto privados, urbanos ou rurais.



Trata-se de qualquer instrumento que viabilize a inclusão em igualdade de condições. A meta é o acesso universal, mas como ainda é utópico tornar todos os bens e serviços plenamente acessíveis, admitem-se situações intermediárias, como adaptações razoáveis e o uso de tecnologias assistivas.

2.2 - Desenho Universal

Desenho universal é a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação, inclusive com recursos assistivos.

Produtos, ambientes, programas e serviços, se construídos de forma que possam ser usados por todas as pessoas, são projetados segundo um desenho universal.

2.3 - Tecnologia Assistiva

Tecnologia assistiva (ou ajuda técnica) inclui produtos, equipamentos, dispositivos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que promovam a funcionalidade, autonomia, inclusão social e qualidade de vida da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nem todos os ambientes são acessíveis, então é necessário criar soluções tecnológicas personalizadas para garantir o acesso e a participação plena.

2.4 - Adaptações Razoáveis

São ajustes necessários para que bens, serviços e ambientes se tornem acessíveis, quando o desenho universal for inviável. Devem ser proporcionais e não excessivamente onerosos, assegurando o exercício de direitos e prerrogativas por pessoas com deficiência.

2.5 - Pessoa com Mobilidade Reduzida

Pessoa com mobilidade reduzida é aquela com dificuldade de locomoção, permanente ou temporária, por qualquer motivo. Exemplos: idosos, gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e pessoas obesas.

Embora o Estatuto se destine às pessoas com deficiência, suas regras só se aplicam à pessoa com mobilidade reduzida quando houver previsão legal expressa.

CUIDADO! A aplicação automática das regras do Estatuto é somente para a pessoa com deficiência.

2.6 – Atendente pessoal e acompanhante

O atendente pessoal é aquele que presta auxílio direto à pessoa com deficiência, sendo importante observar as seguintes características:

- Pode ou não ser membro da família da pessoa com deficiência.
- Pode atuar remuneradamente (mediante contraprestação pecuniária) ou voluntariamente (sem cobrar pelo serviço).



- **Não** pode exercer essa função quem for identificado com profissão legalmente estabelecida, ou seja, profissões regulamentadas (como enfermagem, fisioterapia, etc.) seguem regras próprias e não se submetem ao Estatuto quanto à atividade profissional.

Já o acompanhante é quem acompanha fisicamente a pessoa com deficiência, sem prestar o auxílio direto. É um conceito mais amplo, aplicável a qualquer pessoa que esteja junto da pessoa com deficiência nos seus deslocamentos e atendimentos.

3 - Outros conceitos menores

Comunicação: é a forma de interação que envolve múltiplas linguagens — incluindo Libras, braille, linguagem simples, sistemas auditivos e visuais, meios digitais, entre outros. Compreende também tecnologias da informação e comunicação.

Elemento de urbanização: são os componentes das obras de urbanização, como pavimentação, saneamento, energia elétrica, iluminação pública, telecomunicações, drenagem, paisagismo, entre outros elementos do planejamento urbano.

Mobiliário urbano: objetos existentes em vias e espaços públicos, como bancos, lixeiras, pontos de ônibus, quiosques, toldos, sinalizações, que, se mal posicionados ou projetados, podem se tornar barreiras à acessibilidade.

Residências inclusivas: unidades do SUAS localizadas em áreas residenciais, voltadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, sem condições de autossustentação, oriundos de vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

Moradia para a vida independente: são moradias com estrutura e serviços de apoio que visam garantir a autonomia das pessoas com deficiência, respeitando suas escolhas e graus de independência.

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce funções como alimentação, higiene, locomoção do estudante com deficiência. Atua em todos os níveis e modalidades de ensino e deve auxiliar nas atividades escolares, sem substituição do docente. Deve seguir critérios definidos em normas específicas, exceto quando a função corresponder a profissão legalmente regulamentada.

Estrutura do Estatuto da Pessoa com Deficiência

O Estatuto está dividido nas seguintes partes:

1. Caracterização e Postulados Protetivos Gerais
2. Direitos Fundamentais
3. Acessibilidade
4. Acesso à Justiça
5. Crimes e Infrações Administrativas

Os direitos assegurados pelo Estatuto já estão previstos na legislação comum e na Constituição. O objetivo do Estatuto é reforçar esses direitos frente à vulnerabilidade específica das pessoas com deficiência, oferecendo-lhes tratamento jurídico protetivo mais atento e especial.



4 - Postulados Protetivos Gerais

A pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

Discriminação é entendida como toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha por finalidade ou efeito prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício de direitos e liberdades fundamentais, incluindo a recusa de adaptações razoáveis ou de tecnologias assistivas.

Discriminação:

- distinção, restrição ou exclusão por ação ou omissão;
- capaz de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício de direitos.

O objetivo do Estatuto é garantir a igualdade material, promovendo a inclusão social e coibindo práticas discriminatórias. A doutrina destaca que não basta igualdade formal: o Estado deve adotar ações afirmativas para compensar desigualdades históricas, inclusive com tratamento diferenciado e políticas específicas para grupos vulneráveis.

Importante: o Estatuto faculta à pessoa com deficiência optar por não usufruir de um benefício legal, como exemplificado no caso de concursos públicos, onde a pessoa pode concorrer pela ampla concorrência, mesmo havendo vaga reservada.

Capacidade Civil e Proteção Integral (art. 5º, art. 69 e art. 84)

A deficiência, por si só, não implica vulnerabilidade absoluta. Contudo, certos grupos (crianças, mulheres, idosos, adolescentes, pessoas com deficiência) podem apresentar dupla vulnerabilidade, exigindo proteção legal reforçada.

A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa.

Assim, a pessoa com deficiência pode:

- casar, constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos;
- decidir sobre número de filhos e métodos de reprodução;
- conservar sua fertilidade, vedada a esterilização compulsória;
- exercer o direito à convivência familiar e comunitária, guarda, tutela, curatela e adoção, em igualdade de condições.

O Estatuto garante, também, o exercício da capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 84).

Alterações no Código Civil

A Lei nº 13.146/2015 alterou:

- Art. 3º: passou a prever que somente menores de 16 anos são absolutamente incapazes.



- Art. 4º: passou a restringir a incapacidade relativa a pessoas entre 16 e 18 anos, ébrio habitual, viciado em tóxico, ou por causa transitória ou permanente não puderem exprimir sua vontade.

Com isso, a pessoa com deficiência deixou de ser rotulada como incapaz.

Promoção da Igualdade Substancial

A promoção da igualdade substancial e da não discriminação é corresponsabilidade do Estado, da sociedade e da família.

É dever de todos:

- comunicar às autoridades competentes sempre que houver violação de direitos de pessoas com deficiência ou grupos vulneráveis;
- promover os direitos dessas pessoas.

Efetivar os direitos das pessoas com deficiência com prioridade é dever:

- do Estado
- da sociedade
- da família

4 - Atendimento Prioritário

O Estatuto assegura às pessoas com deficiência atendimento prioritário nas seguintes situações:

- prestação de socorro;
- atendimento em instituições e serviços públicos;
- disponibilização de recursos;
- disponibilização de pontos de parada;
- acesso à informação e a recursos de comunicação;
- recebimento do imposto de renda;
- tramitação processual.

Caso a pessoa com deficiência esteja acompanhada de atendente pessoal ou acompanhante, estes também terão direito ao atendimento prioritário, com exceção de duas hipóteses:

O atendimento prioritário não se estende ao acompanhante e ao atendente pessoal quanto à:

- prioridade na restituição do imposto de renda
- tramitação preferencial de processos



Essa distinção acima é cobrada frequentemente em provas.

Exceção em casos de urgência médica

O Estatuto garante prioridade, mas ela não é absoluta. Um exemplo claro está nas situações de atendimento médico de urgência:

“Por óbvio que, em se tratando de atendimento médico, nem sempre a condição de deficiente garantirá prioridade. Por vezes, o estado de uma pessoa que não se encaixe nesse conceito é grave a ponto de merecer imediato atendimento em detrimento do deficiente que deverá aguardar.”¹

Portanto, a condição de deficiência por si só não prevalece sobre critérios técnicos de gravidade em atendimentos médicos.

Com isso, encerra-se a análise da parte referente às disposições preliminares do Estatuto, uma das seções mais cobradas em concursos públicos, especialmente por conter definições, princípios, e regras sobre capacidade civil, igualdade e atendimento prioritário.

DIREITOS FUNDAMENTAIS

O Estatuto detalha diversos direitos fundamentais garantidos às pessoas com deficiência, entre eles:

- direito à vida, à habilitação e à reabilitação
- direito à saúde
- direito à educação
- direito à moradia
- direito ao trabalho
- direito à assistência social
- direito à previdência social
- direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer
- direito ao transporte e à mobilidade

1 – Direito à Vida

O direito à vida é inviolável e irrenunciável, assegurando:

- a existência física (dimensão negativa – direito de defesa);
- e a vida digna (dimensão positiva – direito à garantia de condições mínimas).

¹ 3 FARIAS, Cristiano Chaves de [et. al.] Estatuto da Pessoa com Deficiência Comentado – artigo por artigo, Bahia: Editora Juspodvim, 2017, p. 56.



O Estado deve proteger a pessoa com deficiência, especialmente em situações de risco, emergência ou calamidade pública.

Internação e Intervenções Cirúrgicas (arts. 11 a 13)

É vedada a internação, tratamento ou institucionalização forçada sem consentimento prévio, livre e esclarecida da pessoa com deficiência.

Essa regra é exigida para todas as pessoas, inclusive para pessoas com deficiência, pois estas têm plena capacidade civil.

Exceção (art. 13):

É possível atendimento sem consentimento apenas em:

1. risco de morte, e
2. emergência em saúde.

Se houver curatela judicial, o curador é quem dá o consentimento — sempre no interesse da pessoa com deficiência.

Pesquisa científica

É admitida a participação da pessoa com deficiência em situação de tutela ou curatela em pesquisa científica apenas em caráter excepcional, se:

- houver benefício direto esperado à saúde da pessoa;
- não houver outra opção de pesquisa com eficácia comparável;
- e a pesquisa respeitar as normas éticas.

Resumo para prova:

Direito à vida:

- Garante o direito de permanecer vivo com dignidade.
- Vedada a intervenção forçada, salvo risco de morte ou emergência.
- Sempre necessário consentimento prévio, livre e esclarecido.

Esse direito é uma das colunas estruturantes do Estatuto e aparece com frequência em provas por envolver princípios constitucionais, direitos humanos e proteção reforçada a grupos vulneráveis.

2 – Direito à Habilitação e à Reabilitação

Esse direito está ligado à garantia de uma vida digna. Envolve processos destinados a desenvolver as potencialidades da pessoa com deficiência — físicas, cognitivas, sensoriais, profissionais e sociais — buscando autonomia, inclusão plena e participação social.

A habilitação/reabilitação é voltada tanto a quem nasceu com deficiência quanto a quem a adquiriu, com foco na função, e não na cura.





Diretrizes principais:

- diagnóstico e intervenção precoce;
- adoção de medidas compensatórias para o desenvolvimento de aptidões;
- desenvolvimento de políticas públicas;
- oferta de serviços públicos específicos, próximos do domicílio da pessoa.

Tecnologia assistiva é essencial nesse processo, promovendo autonomia e inclusão plena.

Segundo o art. 203, IV da Constituição e o Estatuto, tanto o SUS quanto o SUAS devem implantar ações voltadas à habilitação/reabilitação, com enfoque no apoio familiar, orientações técnicas e participação social.

3 – Direito à Saúde

O direito à saúde é indissociável do direito à vida digna e deve ser garantido sem discriminação, inclusive para grupos vulneráveis como pessoas com deficiência.

A prestação do SUS será orientada para:

- atendimento integral em todos os níveis de complexidade;
- inclusão da pessoa com deficiência na formulação de políticas públicas;
- atendimento conforme normas técnicas e éticas.

Direito ao atendimento:

- Preferencialmente no local de residência;
- Se não for possível, deve ser garantido o atendimento domiciliar;
- O Estado deve assegurar transporte adequado à pessoa e acompanhante;
- Se isso não for possível, deverá:
 - justificar formalmente a impossibilidade, e
 - providenciar alternativas adequadas.

Planos de saúde devem oferecer à pessoa com deficiência os mesmos serviços dos demais clientes, sem limitação ou cobrança adicional. O art. 23 proíbe cláusulas que restrinjam cobertura com base na deficiência.



“Todo ato, por ação ou omissão, praticado em local público ou privado, que prejudique ou limite o acesso à saúde, configura violação de direitos.”

Comunicação obrigatória de violação:

Em caso de recusa, ausência de atendimento ou restrição de serviços de saúde, deve haver comunicação obrigatória:

- Ministério Público;
- Defensoria Pública;
- Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

4 – Direito à Educação

O direito à educação, previsto no art. 205 da CF, deve promover:

- o pleno desenvolvimento da pessoa;
- o preparo para o exercício da cidadania;
- a qualificação para o mercado de trabalho.

Este dever não é só do Estado, mas também da família, da comunidade escolar e da sociedade como um todo.

Deveres do Estado (art. 28):

Cabe ao Poder Público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar políticas voltadas para:

- sistema educacional inclusivo;
- eliminação de barreiras e atendimento educacional especializado;
- educação bilíngue (Libras + português);
- respeito à identidade de gênero e orientação sexual;
- desenvolvimento e acesso a tecnologias assistivas;
- participação da família e da comunidade escolar;
- acessibilidade a espaços, materiais didáticos e currículos;
- ingresso e permanência no ensino superior, profissional e tecnológico com igualdade de oportunidades;
- oferta de profissionais de apoio escolar e práticas pedagógicas inclusivas.

Processos seletivos:

Nos concursos e vestibulares, devem ser garantidas medidas como:



- atendimento preferencial;
- provas em formatos acessíveis;
- dilação de tempo, se necessário;
- inscrição com identificação de recursos de acessibilidade;
- critérios de avaliação que respeitem a linguagem da pessoa com deficiência;
- tradução do edital em Libras.

5 – Direito à Moradia

A moradia deve assegurar condições adequadas, incluindo:

- higiene, conforto, privacidade e dignidade.

Não se confunde com o direito de propriedade. O foco é o acesso digno à moradia, garantido por meio de:

- acessibilidade estrutural,
- apoio à aquisição,
- e preferência em programas habitacionais.

Artigos importantes:

- Art. 31: Garante o conceito de moradia para vida independente, com autonomia e acessibilidade, inclusive com apoio tecnológico.
- Art. 32: Trata de programas habitacionais públicos ou subsidiados, assegurando:
 - reserva de no mínimo 3% das unidades habitacionais;
 - acessibilidade nas áreas comuns e unidades do térreo;
 - equipamentos urbanos acessíveis (ex: ônibus);
 - adaptação de elevadores.

Esses direitos impõem ao Estado o dever de:

- garantir preferência na aquisição de imóveis acessíveis;
- promover campanhas de divulgação;
- fiscalizar e ajustar padrões construtivos e urbanísticos.

APOSTA ESTRATÉGICA

O tema 'Do Direito à Educação' (arts. 27 a 30) é o mais cobrado nesta aula, concentrando **55,46%** da incidência das questões abordadas pela banca do seu concurso nessa aula.



CAPÍTULO IV

DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;



X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; [\(Vigência\)](#)

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. [\(Vigência\)](#)

Art. 29. (VETADO).



Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (INSTITUTO AOCP/TRT-RJ - 2018) A Lei nº 13.146/2015 prevê que a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sendo esse direito desdobrado em vários outros com finalidades específicas. Vários desses direitos de atendimento prioritário com finalidade específica são extensíveis ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente



pessoal. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponda a um direito NÃO extensível ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal.

- A) Tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada.
- B) Prioridade no atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.
- C) Disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.
- D) Acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- E) Disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.

Comentários:

GABARITO: LETRA A

De acordo com o § 1º do art. 9º da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

“À pessoa com deficiência, em qualquer procedimento, processo judicial ou administrativo em que for parte ou interessada, são assegurados, entre outros direitos, prioridade na tramitação, acesso à justiça em igualdade de condições com as demais pessoas e garantia de comunicação adequada.”

Assim, a prioridade se aplica somente à pessoa com deficiência, não se estendendo ao acompanhante ou atendente pessoal, conforme estabelece o texto legal de forma expressa. Por isso, a alternativa correta é a letra A.

2. (INSTITUTO AOCP/Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo - 2020) A respeito da violência praticada contra a pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

- A) Os casos de confirmação de violência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde às autoridades competentes, enquanto os casos de suspeitas de violência devem ser objeto de avaliação da equipe multidisciplinar de saúde sobre a necessidade de notificação.
- B) A competência para receber os casos de violência contra pessoa deficiente é exclusiva da autoridade policial e do Ministério Público.
- C) A obrigação de notificar os casos de violência contra pessoa com deficiência é dos serviços de saúde públicos, ainda que a violência tenha sido verificada por serviços de saúde privados.



D) Constitui-se violência praticada contra a pessoa com deficiência ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte, dano físico e, havendo discernimento da pessoa deficiente, sofrimento psicológico.

E) Os casos de suspeita de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Comentários:

GABARITO: ALTERNATIVA "E"

Nos termos do art. 26 da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

“Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.”

Ainda, conforme o § 1º do mesmo artigo:

“Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra a pessoa com deficiência qualquer ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte ou dano ou sofrimento físico ou psicológico.”

Dessa forma, por se tratar de letra expressa da lei, a alternativa correta é a letra E.

3. (AOCP/PM-PE - 2024) Considerando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei Federal nº 13.146/2015, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() O exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da deficiência não pode ser realizado por meio da telemedicina ou por análise documental, em razão da necessidade de atendimento presencial.

() Em determinados atos e diligências, a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário quando se trata de tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada.

() A pessoa com deficiência e seu acompanhante têm direito a receber atendimento prioritário em todas as instituições e serviços de atendimento ao público e no recebimento de restituição de imposto de renda.



() Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria.

A) F – F – V – V.

B) V – V – F – V.

C) F – V – V – F.

D) V – F – F – F.

E) F – F – F – V.

Comentários:

(F) O exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da deficiência não pode ser realizado por meio da telemedicina ou por análise documental, em razão da necessidade de atendimento presencial.

FALSO.

O § 3º do art. 2º do Estatuto, incluído pela Lei nº 14.724/2023, estabelece:

"O exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da deficiência de que trata o § 1º deste artigo poderá ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental, conforme situações e requisitos definidos em regulamento."

(F) Em determinados atos e diligências, a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário quando se trata de tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada.

FALSO.

Conforme o art. 9º, inciso VII da Lei nº 13.146/2015:

"A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:
[...]
VII – tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências."



Portanto, o atendimento prioritário não se restringe a “determinados atos e diligências”, mas abrange todos os atos e diligências.

(F) A pessoa com deficiência e seu acompanhante têm direito a receber atendimento prioritário em todas as instituições e serviços de atendimento ao público e no recebimento de restituição de imposto de renda.

FALSO.

De acordo com o § 1º do art. 9º do Estatuto:

“Os direitos previstos neste artigo são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, exceto quanto ao disposto nos incisos VI e VII deste artigo.”

Os incisos VI e VII tratam, respectivamente, da restituição do imposto de renda e da tramitação processual, logo, nessas hipóteses a prioridade não se estende ao acompanhante.

(V) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria.

VERDADEIRO.

O art. 32, caput, da Lei nº 13.146/2015 dispõe:

“Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria.”

Conclusão: a sequência correta é: F – F – F – V

Portanto, o **gabarito é a letra E.**

4. (INSTITUTO AOCP/Prefeitura Municipal de São Bento do Sul - 2019) A Lei nº 13.146/2015 apresenta que a educação é um direito da pessoa com deficiência, e os sistemas de ensino devem assegurar esse processo inclusivo em todos os níveis de aprendizado. Além disso, é incumbência do poder público assegurar, desenvolver, incentivar e

A) prestar assistência à pessoa com deficiência, especialmente em serviços de reabilitação.

B) adotar práticas pedagógicas que sejam inclusivas para que a pessoa com deficiência tenha igualdade de condições no sistema escolar.



C) dispor de atendimento psicológico às famílias e atendentes pessoais.

D) organizar serviços para prevenir o desenvolvimento de deficiências e problemas de aprendizagem.

Comentários:

Alternativa A – Incorreta, pois essa obrigação refere-se ao direito à saúde, e não à educação.

Fundamento legal. Art. 18, § 4º, II:

“As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar:

II – serviços de habilitação e de reabilitação sempre que necessários, para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida.”

Alternativa B – Correta, pois trata-se de dever específico do poder público no âmbito da educação inclusiva.

Fundamento legal: Art. 28, X:

“Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

[...]

X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado.”

Alternativa C – Incorreta, pois essa previsão também pertence ao campo da saúde.

Fundamento legal: Art. 18, § 4º, V:

“As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar:

V – atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais.”

Alternativa D – Incorreta, pois a prevenção da deficiência é diretriz da área da saúde, e não da educação.

Fundamento legal: Art. 18, § 4º, IX:



“As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar:

IX – serviços projetados para prevenir a ocorrência e o desenvolvimento de deficiências e agravos adicionais.”

Conclusão: somente a alternativa B está em conformidade com as disposições legais aplicáveis ao direito à educação. **Gabarito: Alternativa B.**

5. (INSTITUTO AOCP/Prefeitura Municipal de Cariacica - 2019) A Lei nº 13.146/2015 ressalta que o Estado, a família e a comunidade escolar são responsáveis por assegurar uma educação de qualidade para as crianças com deficiência. Logo, no que concerne à educação, é incumbência dessas instituições

A) assegurar direito à alimentação adequada e moradia digna às crianças.

B) garantir proteção integral à criança com deficiência em seus aspectos físicos e intelectuais.

C) elaborar um projeto que atenda às necessidades das crianças, construindo locais exclusivos para as crianças com deficiência.

D) desenvolver os talentos e as habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais da pessoa com deficiência.

Comentários:

GABARITO: ALTERNATIVA D

A questão trata das obrigações compartilhadas entre o Estado, a família e a comunidade escolar quanto à educação da pessoa com deficiência, conforme estabelecido na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), especificamente no art. 27.

O caput do artigo 27 dispõe:

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo as características, interesses e necessidades de aprendizagem da pessoa com deficiência.”

A alternativa correta é aquela que reflete exatamente esse conteúdo, ao atribuir como incumbência das instituições responsáveis pela educação o dever de desenvolver os talentos e as habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais da pessoa com deficiência.



Assim, por refletir fielmente a redação do caput do art. 27, o gabarito é a alternativa D.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Qual a base legal do Estatuto da Pessoa com Deficiência no Brasil?
2. Como a deficiência é caracterizada segundo o Estatuto?
3. Quais são os critérios da avaliação biopsicossocial da deficiência?
4. Qual é o entendimento da Lei 14.126/2021 e da Súmula 377 do STJ sobre visão monocular?
5. Quem define e quem aplica os critérios de avaliação da deficiência?
6. Qual o símbolo nacional da pessoa com deficiência oculta?
7. O que é acessibilidade segundo o Estatuto?
8. O que é desenho universal?



9. O que é tecnologia assistiva?
10. O que são adaptações razoáveis?
11. Quem é considerado pessoa com mobilidade reduzida?
12. As regras do Estatuto se aplicam automaticamente à pessoa com mobilidade reduzida?
13. Qual a diferença entre atendente pessoal e acompanhante?
14. Quem não pode ser atendente pessoal segundo o Estatuto?
15. O que caracteriza discriminação segundo o Estatuto?
16. Quais os principais efeitos da Lei 13.146/2015 no Código Civil?
17. Quem tem dever de promover os direitos das pessoas com deficiência?
18. Quais situações garantem atendimento prioritário à pessoa com deficiência?
19. Quando o acompanhante ou atendente pessoal não tem direito à prioridade?
20. Em atendimento médico, a condição de deficiência garante prioridade absoluta?

Perguntas com respostas

1. Qual a base legal do Estatuto da Pessoa com Deficiência no Brasil?

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, com status de emenda constitucional.

2. Como a deficiência é caracterizada segundo o Estatuto?

Como resultado da interação entre limitações de longo prazo e barreiras do meio.

3. Quais são os critérios da avaliação biopsicossocial da deficiência?

I – impedimentos nas funções/estruturas do corpo
II – fatores socioambientais, psicológicos e pessoais
III – limitação de atividades
IV – restrição de participação

4. Qual é o entendimento da Lei 14.126/2021 e da Súmula 377 do STJ sobre visão monocular?



É considerada deficiência visual; o portador tem direito a concorrer às vagas reservadas.

5. Quem define e quem aplica os critérios de avaliação da deficiência?

Legislativo define; Executivo aplica.

6. Qual o símbolo nacional da pessoa com deficiência oculta?

Cordão de fita com desenhos de girassóis (Lei 14.624/2023).

7. O que é acessibilidade segundo o Estatuto?

Condição de alcance com segurança e autonomia de espaços, serviços e sistemas por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

8. O que é desenho universal?

Concepção de produtos, ambientes e serviços utilizáveis por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação.

9. O que é tecnologia assistiva?

Conjunto de produtos, estratégias e serviços que promovem funcionalidade, autonomia e inclusão.

10. O que são adaptações razoáveis?

Ajustes proporcionais e não excessivamente onerosos para garantir acessibilidade quando o desenho universal não for viável.

11. Quem é considerado pessoa com mobilidade reduzida?

Quem tem dificuldade de locomoção, temporária ou permanente (ex: idosos, gestantes, obesos).

12. As regras do Estatuto se aplicam automaticamente à pessoa com mobilidade reduzida?

Não. Apenas se houver previsão legal expressa.

13. Qual a diferença entre atendente pessoal e acompanhante?

Atendente presta auxílio direto; acompanhante apenas acompanha fisicamente, sem auxílio direto.

14. Quem não pode ser atendente pessoal segundo o Estatuto?



Profissionais com atividade regulamentada (ex: enfermeiros).

15. O que caracteriza discriminação segundo o Estatuto?

Distinção, restrição ou exclusão por ação ou omissão que prejudique o exercício de direitos, inclusive recusa de adaptações ou tecnologias assistivas.

16. Quais os principais efeitos da Lei 13.146/2015 no Código Civil?

Retirou a deficiência como causa de incapacidade; apenas menores de 16 anos são absolutamente incapazes.

17. Quem tem dever de promover os direitos das pessoas com deficiência?

Estado, sociedade e família.

18. Quais situações garantem atendimento prioritário à pessoa com deficiência?

Socorro, serviços públicos, recursos, transporte, comunicação, IR, tramitação processual.

19. Quando o acompanhante ou atendente pessoal não tem direito à prioridade?

Na restituição do imposto de renda e na tramitação preferencial de processos.

20. Em atendimento médico, a condição de deficiência garante prioridade absoluta?

Não. A prioridade depende do critério técnico de gravidade.

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (INSTITUTO AOCP/TRT-RJ - 2018) A Lei nº 13.146/2015 prevê que a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sendo esse direito desdobrado em vários outros com finalidades específicas. Vários desses direitos de atendimento prioritário com finalidade específica são extensíveis ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponda a um direito NÃO extensível ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal.

A) Tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada.

B) Prioridade no atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.

C) Disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.



- D) Acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- E) Disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.

2. (INSTITUTO AOCP/Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo - 2020) A respeito da violência praticada contra a pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

- A) Os casos de confirmação de violência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde às autoridades competentes, enquanto os casos de suspeitas de violência devem ser objeto de avaliação da equipe multidisciplinar de saúde sobre a necessidade de notificação.
- B) A competência para receber os casos de violência contra pessoa deficiente é exclusiva da autoridade policial e do Ministério Público.
- C) A obrigação de notificar os casos de violência contra pessoa com deficiência é dos serviços de saúde públicos, ainda que a violência tenha sido verificada por serviços de saúde privados.
- D) Constitui-se violência praticada contra a pessoa com deficiência ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte, dano físico e, havendo discernimento da pessoa deficiente, sofrimento psicológico.
- E) Os casos de suspeita de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

3. (AOCP/PM-PE - 2024) Considerando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei Federal nº 13.146/2015, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da deficiência não pode ser realizado por meio da telemedicina ou por análise documental, em razão da necessidade de atendimento presencial.
- () Em determinados atos e diligências, a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário quando se trata de tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada.
- () A pessoa com deficiência e seu acompanhante têm direito a receber atendimento prioritário em todas as instituições e serviços de atendimento ao público e no recebimento de restituição de imposto de renda.



() Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria.

A) F – F – V – V.

B) V – V – F – V.

C) F – V – V – F.

D) V – F – F – F.

E) F – F – F – V.

4. (INSTITUTO AOCP/Prefeitura Municipal de São Bento do Sul - 2019) A Lei nº 13.146/2015 apresenta que a educação é um direito da pessoa com deficiência, e os sistemas de ensino devem assegurar esse processo inclusivo em todos os níveis de aprendizado. Além disso, é incumbência do poder público assegurar, desenvolver, incentivar e

A) prestar assistência à pessoa com deficiência, especialmente em serviços de reabilitação.

B) adotar práticas pedagógicas que sejam inclusivas para que a pessoa com deficiência tenha igualdade de condições no sistema escolar.

C) dispor de atendimento psicológico às famílias e atendentes pessoais.

D) organizar serviços para prevenir o desenvolvimento de deficiências e problemas de aprendizagem.

5. (INSTITUTO AOCP/Prefeitura Municipal de Cariacica - 2019) A Lei nº 13.146/2015 ressalta que o Estado, a família e a comunidade escolar são responsáveis por assegurar uma educação de qualidade para as crianças com deficiência. Logo, no que concerne à educação, é incumbência dessas instituições

A) assegurar direito à alimentação adequada e moradia digna às crianças.

B) garantir proteção integral à criança com deficiência em seus aspectos físicos e intelectuais.

C) elaborar um projeto que atenda às necessidades das crianças, construindo locais exclusivos para as crianças com deficiência.

D) desenvolver os talentos e as habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais da pessoa com deficiência.



Gabarito

GABARITO



- | | | |
|------------|------------|------------|
| 1. Letra A | 3. Letra E | 5. Letra D |
| 2. Letra E | 4. Letra B | |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.